

Lula quer taxar conta em restaurante

Proposta para acabar com a fome prevê imposto de 5% sobre despesas com refeição e taxaço maior sobre supérfluos

LUÍZ ANTÔNIO RYFF

Para custear o combate a fome em um eventual governo petista, o presidencialista Luiz Inácio Lula da Silva propõe a criação de um imposto de 5% sobre despesas com alimentação em restaurantes e o aumento da taxaço sobre bens supérfluos (especialmente cigarros e bebidas alcoólicas). Lula também idealiza o Ministério Extraordinário para o Combate à Fome e defesa de programas assistenciais, como a distribuição de cupons para serem trocados por alimentos.

Essas são algumas das propostas do Projeto Fome Zero, lançado ontem pelo Instituto da Cidadania, de Lula, como contribuição à discussão sobre o programa de governo do PT em 2002. Orçado em R\$ 19,6 bilhões anuais, o plano para erradicar em oito anos a fome do Brasil atenderia, teoricamente, a 44 milhões de pessoas — universo que subsiste com menos de US\$ 1 por dia. E já recebe críticas.

O pesquisador Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que na semana passada lançou o Mapa da Fome, discorda da proposta de aumento de impostos. "O Brasil já tem a carga tributária mais alta da América Latina e o volume de gastos sociais é de 20,9% do PIB. É preciso gastar melhor, não aumentar imposto", diz Néri, que defende mais políticas focais para combater a miséria entre jovens. "A falta de cuidado explícito de um partido político com crianças e jovens é compreensível já que 45% dos pobres brasileiros (que têm menos de 16 anos) não votam", ironiza.

Reforma agrária— Não é a única crítica. O alvo de João Paulo Rodrigues, da Coordena-

ção Nacional do MST, é a proposta de reforma agrária contida no Projeto Fome Zero. Ele considera insatisfatória a meta de assentar 1 milhão de famílias.

José Graziano, que com seu colega do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, Walter Belik, coordenou o projeto, sabe que alguns pontos são controversos e podem gerar discussões acaloradas. E o ponto mais sensível é o das mudanças tributárias. Não só por causa da taxaço compulsória nos restaurantes.

Nesse caso, Graziano considera que essa espécie de CPMF da fome transfere renda de forma efetiva e é uma solução socialmente justa para o problema. "Isso serve para envolver a população não-pobre na questão. Na hora em que o sujeito comer no Fasano (restaurante luxuoso em São Paulo) vai vir na notinha a taxa de 5%", explica.

Há também propostas para direcionar o uso do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — algo que é de atribuição estadual — e para incentivar doações através de isenções no Imposto de Renda.

Mas a questão dos impostos não é o único ponto polêmico. Há elogios há ações de adversários, como os governadores Itamar Franco (PMDB) e Anthony Garotinho (PSB) e até mesmo a políticas públicas do atual governo.

No caso do então presidente Itamar é citado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. No caso de Garotinho, é destacado o projeto de restaurante popular. Para Fernando Henrique Cardoso, o aplauso vai para o programa de combate à desnutrição infantil. "Ele é bom e precisa ser ampliado", diz Graziano.

Principais pontos do Projeto Fome Zero

CPMF da fome

Criação de um imposto de 5% sobre todas as despesas de alimentação em restaurantes "não populares".

ICMS

Direcionamento do uso da arrecadação de impostos como ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para ações de combate à fome.

Cigarro

Aumento da taxaço sobre bens supérfluos como cigarros e bebidas alcoólicas.

Imposto de Renda

Isenção fiscal para doações de recursos e bens feitas por pessoas físicas e jurídicas.

Cupons de alimentos

Serviriam como vales para serem trocados por comida em supermercados e lojas credenciadas.

Bandeirão

Criação de restaurantes populares com refeições subsidiadas (R\$ 1 a R\$ 2) e distribuição de cestas básicas.

PAT

Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador a trabalhadores de micro e pequenas empresas.

Reforma agrária

Assentamento de 1 milhão de famílias rurais.

Crianças

Melhoria da merenda escolar, combate a desnutrição infantil, e implantação do programa Bolsa-Escola.

Ministério

Criação do Ministério Extraordinário para o Combate à Fome, que teria como braço auxiliares a Companhia Nacional de Abastecimento e um conselho de representantes da sociedade civil e poderes constituídos.

Estoques

Criação de estoques de segurança e apoio à agricultura familiar e à agricultura urbana.

Dirceu ataca governo e MP

Em campanha para se reeleger presidente do PT, o deputado federal José Dirceu (SP) criticou ontem, no Rio, o governo federal, o ministro da Saúde, José Serra, e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Afirmou ser contra todas as medidas estabelecidas para controlar as metas de inflação, censurou Serra por defender os empresários que promoveram jantar com o presidente Fernando Henrique Cardoso — para tratar da sucessão presidencial —, e disse considerar "inaceitável" a atitude de Brindeiro diante das denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), no desvio de dinheiro do Banpará.